FRANÇA / Presidente alerta que não aceitará "transbordamento", classifica manifestantes contrários à reforma da Previdência de "sediciosos" e cita ataques em Brasília e em Washington. Governo espera que texto comece a vigorar neste ano

Macron compara revolta a atos golpistas no Brasil

» RODRIGO CRAVEIRO

Jeff Pachoud/AFP



Manifestantes acendem sinalizadores em passeata contra a mudança nas aposentadorias, na cidade de Lyon: insatisfação crescente

Primeiro, o alerta sobre o rumo tomado pelas manifestações desde que o governo impôs a reforma previdenciária à França. Depois, um gesto de apaziguamento ante uma sociedade que entende a mudança na aposentadoria como uma ameaça às conquistas sociais. Ao anunciar que o texto impopular entrará em vigor até o fim do ano, o presidente Emmanuel Macron comparou os protestos que se espalharam por Paris e pelo interior aos atos golpistas de 6 de janeiro de 2021, contra o Capitólio (em Washington), e de 8 de janeiro passado, contra os prédios dos Três Poderes, em Brasília. "Quando os Estados Unidos lidavam com que aconteceu no Capitólio, quando houve o que houve no Brasil, quando houve violência extrema na Alemanha ou na Holanda, eu dizia: 'Nós respeitamos, ouvimos, tentamos seguir em frente pelo país (...)', mas não podemos aceitar facções ou desordem", declarou, durante entrevista aos canais TF1 e France 2.

"Não vamos tolerar nenhum transbordamento", advertiu Macron, ao chamar os manifestantes de "sediciosos" e, mais uma vez, traçar um paralelo entre eles e os golpistas nos EUA e no Brasil. "É inaceitável quando grupos utilizam violência extrema para agredir parlamentares por não estarem contentes com alguma coisa. Assim como foi inaceitável o que aconteceu nos Estados Unidos e o que se passou no Brasil", ressaltou.

Mais tarde, ao ser questionado sobre a comparação, Macron esclareceu que falava de parlamentares que sofreram "agressões inaceitáveis por parte de alguns manifestantes". "Eu dizia que os legisladores são aqueles dotados de legitimidade democrática porque foram eleitos. Os sindicatos também têm legitimidade e direito de se manifestar. Mas a violência é inaceitável", reafirmou. Apesar da correlação entre os fatos, durante os ataques ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, não houve agressões a parlamentares ou outras autoridades.

Defesa

Macron aproveitou a entrevista para sair em defesa das alterações nas aposentadorias: "Esta reforma é necessária. Não me faz feliz. Teria preferido não fazê-la". O Palácio do Eliseu planeja adiar a idade da aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030, e antecipar para 2027 a exigência de contribuir por 43 anos, e não pelos atuais 42, para se ter direito a uma pensão completa.

Mais tarde, o presidente escreveu no Twitter que ama o país e seus compatriotas. "É por isso que estou no trabalho para fazer o que precisamos fazer. Há momentos difíceis que precisam ser enfrentados", comentou, antes de fazer um apelo à nação. "Tenho a certeza de que conseguiremos nos unir, pelo futuro da França. Estou convencido disso."

A tensão se agravou na última quinta-feira, quando a primeira-ministra Élisabeth Borne, sob ordens de Macron, ativou o artigo 49.3, um mecanismo que permite a adoção de uma lei sem o voto do Parlamento quando o governo não conta com a maioria necessária. A manobra foi interpretada por muitos cidadãos como antidemocrática.

Economista do Observatório Francês das Conjunturas Econômicas (OFCE), Henri Sterdyniak classificou o discurso de Macron como "perfeitamente ridículo". "Os protestos contra a reforma previdenciária têm adotado uma postura pacífica. Eles ocorrem, principalmente, por meio de greves e de manifestações ordeiras", lembrou ao **Correio**, por e-mail. "Durante os atos, algumas vezes, uma ínfima minoria de pessoas têm cometido abusos, como quebrar vitrines e atear fogo a lixeiras. Os danos também são limitados."

De acordo com Sterdyniak, o problema está no fato de que as forças de segurança frequentemente reagem com violência injustificável. "Alguns manifestantes pacíficos são espancados e presos sem fundamentos sérios", lamentou.

Ele acrescentou que algumas pesquisas de opinião pública apontam que 90% dos franceses se opõem à reforma de Macron. "Como a lei não foi realmente aprovada pela Assembleia Nacional, os manifestantes têm a sensação de gozar de legitimidade democrática. Eles querem a renúncia do governo, a realização de um referendo sobre o tema ou o veto presidencial", disse Sterdyniak.

Eu acho...



Arquivo pessoal

"Não existe risco de uma revolta que ameace uma invasão à Assembleia Nacional, ao Palácio do Eliseu ou a Matignon (gabinete do primeiro-ministro). Isso não é algo proposto por nenhum movimento político ou sindical. E jamais foi considerado pelos próprios manifestantes."

Henri Sterdyniak, economista do Observatório Francês das Conjunturas Econômicas (OFCE), em Paris

UGANDA

Parlamento aprova prisão perpétua a homossexuais

Quase todos os dias, o ugandense Steven Kabuye, 25 anos, recebe ameaças de morte por meio da internet. Muitas vezes, elas partem de familiares e de amigos. "Por telefone, um colega avisou que me cortaria em pedaços assim que me visse. Sou abertamente gay e isso me tornará um criminoso no momento em que a lei for sancionada pelo presidente Yoweri Museveni", desabafou ao **Correio**. Ser LGBTQIA+ em Uganda poderá, em breve, custar a liberdade por toda a vida e, em alguns casos, ser punido com a morte. O Parlamento do país aprovou, por unanimidade, a Lei Anti-Homossexualidade.

De acordo com o texto, qualquer pessoa que se envolver em "atos" homossexuais poderá ser condenada a 20 anos de prisão. Quem for flagado mantendo relações sexuais com pessoas do mesmo gênero está sujeito à pena perpétua. O projeto de lei também prevê pena de morte para cidadãos acusados de "homossexualidade agravada" — relações homossexuais com menores de 18 anos ou quando o autor é portador do HIV, o vírus causador da Aids. Até mesmo crianças poderão ser punidas com três anos de detenção se condenadas. A simples identificação com a sigla LGBTQIA+ passa a ser criminalizada.

"A lei diz respeito a gays, lésbicas, transgêneros e queers (pessoas que transitam entre os gêneros). Qualquer ugandense flagrado mantendo relações sexuais com pessoas do mesmo gênero estará sujeito à prisão perpétua", comentou Kabuye. Jornais, revistas e emissoras de televisão que promoverem ou exibirem conteúdo considerado gay correm o risco de serem fechados — e os jornalistas condenados a 20 anos de cadeia.



Mulher transgênero assiste à sessão do Parlamento pela televisão, perto de Kampala

Proteção à moral

Anita Annet Among, presidente do Parlamento, afirmou que o projeto de lei "protege" a moral da nação. "Esta Câmara não hesitará em restringir qualquer direito na medida em que reconheça, proteja e salvaguarde a soberania deste país e sua moral", disse Among.

Ao discursar na tribuna, Ecweru Musa Francis, ministro do Trabalho e do Transporte, chamou os defensores da causa LGBTQIA+ de "pessoas más". "Para qualquer um que seja razoável dizer que isso (homossexualidade) está bem, e que é um direito destruir o ânus alheio... Essa pessoa é má", declarou. A ONU e os Estados Unidos apelaram a Museveni que vete o texto. A Casa Branca alertou para o risco de "repercussões econômicas".

Ativista LGBTQIA+, Ronald Agaba, 26, considerou o texto como "uma declaração de genocídio, baseada em acusações falsas de recrutamento e promoção, além de apego a crenças religiosas para nos fazer desaparecer de Uganda", disse ao **Correio**. "É bárbaro e desumano."

De acordo com Agaba, homossexuais são vistos como "ameaça à família e à procriação". "Temos passado por uma onda de ódio severo, que levou ao fechamento de organizações, acusadas de recrutamento de crianças em escolas para a homossexualidade. Pastores e bispos usam a *Bíblia* para nos considerarem inadequados. Estou com medo." (**RC**)

Vozes da comunidade LGBTQIA+



Arquivo pessoal

"Não posso falar do futuro, porque está em jogo a vida livre de um homem gay em Uganda. Imagino um genocídio patrocinado pelo Estado, um ambiente mais hostil, a ponto de não podermos alugar uma casa. Vejo falta de moradia para pessoas LGBTQIA+, negação de cuidados médicos e de oportunidades de emprego, altas taxas de suicídio. Naqueles que escolherem viver, prevejo índices elevados de transtornos mentais entre homossexuais devido ao trauma, à depressão."

Ronald Agaba, 26 anos, ativista LGBTQIA+, desempregado, morador de Kampala



Arquivo pessoal

"Depois de aprovarem a lei, a presidente do Parlamento disse que eles fizeram isso pela segurança das crianças de Uganda e pelo bem da cultura africana. O presidente do país, Yoweri Museveni, chamou a homossexualidade de não natural e de uma depravação. Acredito que há 95% de chances de ele sancionar essa lei. Apenas dois parlamentares ugandeses se opuseram ao texto. Essa lei criminalizará qualquer local que apoiar ou difundir a causa LGBTQIA+."

Steven Kabuye, 25 anos, ativista LGBTQIA+, morador de Kampala